

Fernanda Olival

D. FILIPE II

DE COGNOME «O PIO»

Temas & Debates

Sumário

Introdução	7
Capítulo 1 — Em Portugal, as primeiras notícias sobre o filho homónimo de Filipe II	15
Capítulo 2 — Transformado em príncipe	28
Capítulo 3 — A educação castelhana	40
— Portugal e a disputa pela educação do príncipe	40
— Primeiros intervenientes e tardio início na formação letrada	41
— A constituição da casa	49
— Aprendizagem e conteúdos	54
— Uma educação diferente?	60
Capítulo 4 — Iniciação à política no coração da monarquia	63
Capítulo 5 — A chegada ao poder e um rei que se liberta do jugo paterno	85
— Os últimos tempos do pai	85
— Notícias de morte e do novo rei	94
— Do pranto à aclamação	97
— A difícil situação portuguesa	102
— Mudança e exploração da mudança	106
Capítulo 6 — Casamento e amores	119
— Em busca de uma esposa para o futuro rei	119
— Dos preparativos ao casamento por procuração	126
— Onde avistará D. Margarida pela primeira vez?	131
— A ratificação matrimonial em Valência	138
— O périplo de regresso a Madrid	143
— Gastos e amores do rei	148
Capítulo 7 — Governar Portugal e governar a Monarquia	153
— 7.1. Instituições e comunicação com a realeza	153

<i>O rei ausente</i>	153
<i>O sistema polissinodal</i>	155
<i>O circuito do despacho</i>	168
<i>Requerer a partir do Oriente</i>	172
<i>Poderes limitados dos vice-reis de Lisboa</i>	174
<i>A decisão, mas para chegar ao rei, havia pelo menos o valido</i>	176
— 7.2. A escolha dos vice-reis	181
— 7.3. Portugueses e espanhóis. Reformas e castelhanização	209
<i>Comparações e reforço das identidades</i>	209
<i>Fazenda, império e reformas com espanhóis pelo meio</i>	215
<i>Tensões e aproveitamentos da união</i>	227
<i>Portugueses e reformas na justiça</i>	232
 Capítulo 8 — Corte, família e intrigas do valimento	 235
— As mudanças da corte	235
— Depois de muita inquietação, as primeiras filhas	244
— A rainha e o nascimento do príncipe em tempos de paz britânica	250
— A chegada de mais herdeiros	256
— Os significados da queda de Franqueza	258
— Os reis e a expulsão dos mouriscos	262
— Morre a interventiva D. Margarida	264
— O declínio de Lerma: de valido a cardeal-duque	269
 Capítulo 9 — A tão adiada visita a Portugal	 277
— Acalentar esperanças como estratégia	277
— Adiamentos e proposta de subsídio	283
— As metamorfoses do contributo financeiro	294
— Finalmente o rei partia em direcção a Portugal	296
— Entradas sob protecção da guarda castelhana	303
— Comunicação com o monarca e conflitos entre portugueses e castelhanos	310
— Já em vias de despedida	314
 Capítulo 10 — De consciência pesada à hora da morte	 318
— O regresso a Madrid no Outono de 1619	318
— Da doença e do receio do juízo final	322
— Que últimas vontades?	328
— «Rei morto, rei posto»: o ritual de sempre	333
 Anexos	 339
Cronologia	341
Genealogias	355
Fontes impressas e bibliografia	363
Índice remissivo	375

Introdução¹

Escrever sobre o Portugal dos Áustrias é sempre difícil.

Com o terramoto de 1755 perderam-se muitas fontes da administração central e da casa real portuguesa que seriam importantíssimas para estudar este período. Mas a escassez de fontes não explica tudo, pois o que resta ainda é muito. Além dos fundos relativamente explorados do Arquivo Geral de Simancas, há a destacar o rico acervo da Biblioteca da Ajuda, em Lisboa, e vários dos arquivos de Roma. Se em Simancas os núcleos do *Conselho de Portugal* e do *Conselho de Estado* têm sido manuseados por diversos historiadores, os códices da Ajuda reportando-se ao governo de Portugal neste período ainda encerram muitas novidades. Exigem uma pesquisa mais sistemática do que aquela que tem sido feita. Há depois contributos importantes, dispersos pela Torre do Tombo, as Bibliotecas Nacionais de Lisboa e Madrid, bem como no Arquivo Histórico Nacional desta última cidade. A Biblioteca Pública de Évora também será de não esquecer, bem como o Arquivo do Cabido da Sé. O mesmo se diga da Real Biblioteca e do Arquivo Geral do Palácio, em Madrid, dois repositórios mais importantes do que parecem para o estudo desta época. Aliás, globalmente, as fontes castelhanas são melhores do que as portuguesas, no sentido de mais abundantes, com séries menos lacunares e mais variadas. Esse é desde logo um dos problemas. Se por um lado exigem mais tempo e mais despesa em deslocações, também implicam uma mudança de sensibilidade. A prática de fazer história continua fortemente apegada aos vínculos nacionais. Urge interrogar fontes ditas «castelhanas» e «italianas» para escrever a história de Portugal e vice-versa. Mesmo para o período dos Áustrias este preceito nem sempre se cumpre da melhor forma. Não basta inquirir os fundos legados por instituições directamente vocacionadas para tratar os assuntos lusíadas como o Conselho de Portugal. Por que não acompanhar os debates do Conselho das Índias, do Conselho da Fazenda espanhol e do Conselho de Estado? Só assim será possível captar o contexto global de muitos problemas portugueses.

Em Portugal, durante largos anos, «o período filipino» envolvia por si só um vasto agregado de conotações pouco esclarecidas, mas repletas de uma carga

¹ Esta edição corresponde no essencial à edição do Círculo de Leitores, publicada em 2006. No entanto, foi alvo de uma revisão e actualização.

negativa. Reenviava imediatamente para «dominação», «falta de liberdade», «perda da independência», «decadência». O secular complexo anti-espanhol, o combate anti-iberista de Oitocentos, a variada apropriação política das comemorações do 1.º de Dezembro e alguns estudos sobre a Restauração ao longo do tempo fizeram muito do resto¹. Uma vez mais a tendência para estudar a história de Portugal numa perspectiva «nacional», onde a análise comparada ou de inserção mais global estavam ausentes, enraizaram esta postura.

Hoje, uma larga parcela da bibliografia recente e mais significativa sobre os Áustrias em Portugal tem sido produzida por historiadores espanhóis. E tal facto não se deve apenas à maior proximidade do Arquivo de Simancas ou do Arquivo Histórico Nacional de Madrid. O estimulante debate teórico sobre o modelo de administração compósita da monarquia dos Áustrias tem sido o elo decisivo para um vasto surto de trabalhos. Tem sido desenvolvido no âmbito da historiografia sobre a monarquia católica, independentemente das fronteiras políticas actuais. Feito assomar e alimentado por historiadores espanhóis, americanos, ingleses e até franceses, é actualmente uma questão essencial na historiografia sobre a Europa. Lamentavelmente, a produção portuguesa apenas há escassos anos procurou esboçar a sua abordagem problemática dos Filipes nesta linha de preocupações.

Para todos os efeitos, este já não é hoje o período mais desconhecido da historiografia lusitana no que diz respeito à Época Moderna. De um modo geral, a «conjuntura de 1580» e a Restauração, os limites extremos deste período, têm sido os privilegiados pela historiografia. Muito do resto ainda está pouco esclarecido, apesar dos esforços feitos nos últimos vinte anos. Há mesmo questões que continuam quase em branco, como é o caso das forças militares castelhanas que permaneceram estacionadas no território português, se exceptuarmos a circunstância dos Açores no primeiro decénio dos Filipes em Portugal². As poucas páginas que a elas dedicou Jean-Frédéric Schaub³ só suscitam interesse em aprofundar uma série de questões deste pelouro: qual era a real dimensão destas tropas? Como se relacionavam com as populações? Donde eram oriundas? De que modos vigiavam os Portugueses? É todo um leque de assuntos a explorar e sobre os quais as fontes parecem ser relativamente abundantes. Os fortes problemas económicos deste período correspondem a outra vertente de questões pouco desbravadas e muito importantes. O mesmo se diga da gestão do império.

O facto de os 60 anos de domínio filipino terem sido copiosamente abordados como um todo também tem aportado algumas desvantagens. As de teor «finalista», do caminhar para «um crescente desagrado» e para a «Restauração», são desde logo as mais evidentes.

Não é menos complexo escrever a biografia de um monarca deste período, nomeadamente tomando-o na qualidade de rei de Portugal.

¹ TORRAL, 1977; 1981-1982, I, pp. 4-51.

² MENESES, 1984, pp. 193-222.

³ SCHAUB, 2001, pp. 33-37, 69-76.

Desde logo não é exactamente igual escrever a vida de um rei ou a de qualquer outra personagem menos destacada pela sociedade coeva. No caso em apreço, introduz-se imediatamente um protagonismo, em certo sentido herdado da tradição cronística, que convém desmistificar. Um monarca não tem de ser inquestionavelmente um grande líder ou o *deus ex machina* que tudo faz. Poderá sê-lo em graus diversos ou até não, o que é salutar ter presente.

Dos três Filipes reis de Portugal, o segundo foi sem dúvida o mais obscuro, o menos estudado. Não falta, contudo, bibliografia sobre o marquês de Dénia, depois duque de Lerma; há também muita produção dispersa, mais do que parece à primeira vista, sobre o reinado de Filipe III enquanto rei de Espanha. Acima de tudo, continuam a faltar sínteses actualizadas e trabalhos sobre Portugal, tal como sobre Navarra ou determinadas zonas de Itália. As comemorações do quarto centenário do *Quixote* (1605-2005) fizeram despertar atenções sobre este período, cujos frutos em breve se tornarão visíveis. Realizou-se em Madrid um grande congresso internacional sobre «La Corte de Felipe III y el gobierno de la Monarquía Católica (1598-1621)», em Maio de 2005, coordenado por José Martínez Millán e María Antonietta Visceglia e cujas actas trarão muita novidade.

Simultaneamente, dos três Filipes este foi o que maior capa de clichés consolidou ao longo do tempo. O rótulo de rei abúlico foi-lhe inúmeras vezes atribuído, mesmo na própria época e sobretudo em Castela. É impossível abordá-lo sem enfrentar permanentemente essa imagem feita. Mal chegou ao trono, o modo nem sempre positivo como era representado e imaginado por muitos cortesãos já constituía um problema para o próprio rei. Ele e o valido tinham plena consciência do tema e da importância de alterar esta imagem. Apesar disso, D. Filipe seria o monarca com maior projecção no seu tempo. Génova era a cidade centro da economia-mundo europeia, mas a monarquia hispânica constituía a maior potência política do palco europeu. Era ela que alimentava a riqueza dos banqueiros genoveses, com a prata americana; era dela que se copiavam modas numa linha ampla que ia de Londres a Viena. Acresce que D. Filipe herdou do pai um quadro financeiro muito desfavorável, resultante da sua política de «imperialismo católico».

A relação do monarca com Portugal também não era simples. Estaria fortemente marcada pela distância. E esta era por um lado física, em relação ao tipo de contacto com a realeza a que muitos dos homens da época estavam habituados, mas por outro não se esgotava nessa dimensão. Tendo D. Filipe nascido em 1578, antes de agregadas as coroas, apenas veio a Portugal em 1619. Aqui permaneceu unicamente escassos meses (não chegaram a seis). Quase 18 meses depois morria, a quinze dias de fazer 43 anos. Deste modo, directamente, Filipe II de Portugal pouco conhecia deste seu reino mais atlântico. Decidia sobre ele em função de uma complexa rede de informadores e de instituições que importa conhecer. Portugal era mais uma unidade política da sua monarquia, a par de outras. Com as suas especificidades, claro, tanto mais que o modelo de governação dos Áustrias castelhanos tendia a respeitá-las.